



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva (em licença)

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos (em licença)

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandy Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 9, setembro 2005. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em setembro, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 3,3 bilhões, acumulando no ano superávit de R\$ 52,7 bilhões (3,71% do PIB), contra R\$ 45,6 bilhões (3,54% do PIB) até setembro de 2004. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,0 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 9,9 milhões, respectivamente (o déficit da Previdência até setembro somou R\$ 24,5 bilhões, equivalente a aumento de 20,3% sobre os nove primeiros meses de 2004). Destaca-se o aumento das restituições de tributos federais, R\$ 1,3 bi acima do que foi registrado em agosto, e o aumento das despesas com operações oficiais de crédito, especialmente pelo pagamento de R\$ 251,9 milhões referentes à equalização de empréstimos do Pronaf, e pelo registro de despesas no valor de R\$ 404,4 milhões associados ao PESA no âmbito da agricultura, decorrentes da baixa de ativos que foram incorporados à Dívida Ativa da União. As despesas na área agrícola e agrária aumentaram em 43,4% em 2005, tendo a despesa para aquisição de terras (Incra) alcançado R\$ 685,1 milhões, 67,4% acima do valor de 2004 (R\$ 409,2 milhões).

O resultado do Governo Central acumulado em 2005 ficou 0,17 ponto percentual do PIB acima daquele obtido no período de janeiro a setembro de 2004.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	AGO 2005	SET 2005	JAN-SET 2004	JAN-SET 2005
I. RECEITA TOTAL	39.248,5	36.722,7	302.925,6	351.306,9
I.1. Receitas do Tesouro	30.212,9	27.864,4	237.064,2	275.028,1
I.1.1 Receita Bruta (1)	31.298,3	30.268,1	247.100,3	285.386,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.085,4	-2.403,6	-10.036,1	-10.358,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.952,4	8.748,2	65.007,1	75.204,3
I.3. Receitas do Banco Central	83,3	110,1	854,3	1.074,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.751,1	5.401,6	49.290,1	60.122,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	32.497,5	31.321,0	253.635,5	291.184,3
IV. DESPESA TOTAL	28.200,7	27.997,0	208.045,6	238.495,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.724,3	6.725,3	59.242,8	63.712,4
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.560,7	11.461,3	85.372,6	99.701,8
IV.3. Custeio e Capital	9.593,2	9.636,7	61.993,5	73.336,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.737,4	1.272,7	7.194,1	8.688,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	349,6	995,6	2.836,5	5.007,5
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	826,6	830,3	5.473,8	6.726,4
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.679,6	6.538,0	46.489,1	52.915,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	22,7	53,7	431,1	446,6
IV.5. Despesas do Banco Central	299,8	120,0	1.005,5	1.298,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.296,8	3.324,0	45.589,9	52.688,5
V.1. Tesouro Nacional	7.121,6	6.047,1	66.106,6	77.409,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.608,3	-2.713,1	-20.365,5	-24.497,5
V.3. Banco Central (4)	-216,5	-9,9	-151,2	-223,5
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,54%	3,71%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2005/2004

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	16,0%
Tesouro	16,0%
Previdência	15,7%
Transferências	22,0%
Receita Líquida	14,8%
Despesas	14,6%
Benefícios	16,8%
Pessoal	7,5%
Custeio e Capital	18,3%

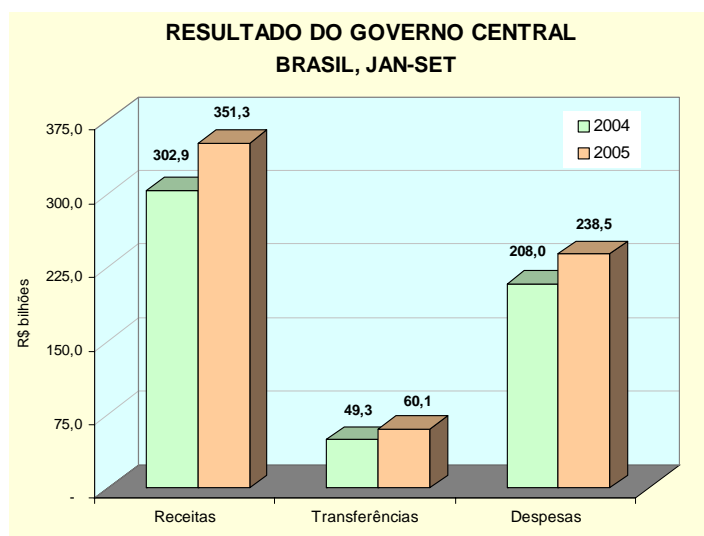
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	23,51%	24,75%
Transferências	3,83%	4,24%
Receita Líquida	19,69%	20,52%
Despesa Total	16,15%	16,81%
Resultado Primário	3,54%	3,71%

As transferências constitucionais e legais a estados e municípios aumentaram 22,0% este ano, passando de 3,83% do PIB, em 2004, para 4,24%, em 2005.

No ano, a receita vem superando as expectativas do governo, não obstante a quase total estabilização das Receitas Administradas como proporção do PIB, exceto no caso do Imposto de Renda (+0,42% do PIB) e da CSLL (+0,20 do PIB). O crescimento desses dois tributos se explica pela maior lucratividade das empresas da indústria de base (metalurgia e extração de minerais metálicos) e do setor de serviços (eletricidade e telecomunicações). Tanto o IRPJ quanto a CSLL crescem 29,2% até setembro, ou equivalente a 0,59 p.p. do PIB, ainda que esse crescimento esteja se atenuando. Em percentual do PIB, o IRPJ e a CSLL apresentaram crescimento, respectivamente, de 0,39 ponto percentual e 0,20 ponto percentual. Não obstante o significativo aumento da produção industrial, o IPI aumentou apenas 0,04% do PIB e a Cofins 0,04% do PIB. A receita da cota-parte de compensações financeiras aumentou em (0,1 % do PIB), devido ao aumento do volume de produção de petróleo e do preço do *brent* no mercado internacional. Destaca-se também o comportamento da CPSS, em função da cobrança de 11% sobre folha dos inativos, sem correspondência até agosto do ano anterior

O crescimento da receita do Tesouro Nacional deve-se ao comportamento da economia este ano, especialmente à lucratividade de setores exportadores (e.g., metalurgia e extração mineral) e de serviços regulados (correios, eletricidade e telecomunicações), e ao preço do petróleo no mercado internacional.



As transferências a estados e municípios cresceram 22,0%, i.e., 10,7% acima do crescimento do PIB, até setembro, resultado, em boa medida, do comportamento das receitas partilhadas, em especial o imposto de renda. Ademais, observou-se repasse da CIDE-combustível de R\$ 1,3 bilhão, contra R\$ 674,7 milhões até setembro de 2004 (em 2005 houve um trimestre a mais de repasse) e transferência da cota-parte de compensações financeiras de R\$ 6,9 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão superior ao registrado em igual período de 2005. Assim, até o terceiro trimestre, as transferências a estados e municípios

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Tesouro Nacional	5,13%	5,45%
Previdência Social	-1,58%	-1,73%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	3,54%	3,71%

criaram R\$ 10,8 bilhões, cerca de 0,41 ponto percentual do PIB. Do lado das despesas, destaca-se o crescimento da folha de pagamento da União em 7,5%, i.e, um pouco acima do crescimento da inflação medida pelo IPCA (7,1%). Concessões de aumento salarial previstas ainda para este ano deverão manter o crescimento da folha para o ano como um todo acima da inflação e, provavelmente, acima da variação nominal do PIB.

As despesas de custeio e capital cresceram 18,3% em relação ao ano anterior, refletindo entre outros fatores crescente apoio ao campo. Recursos para as políticas de sustentação dos preços e aquisição de produtos implicaram em um aumento de R\$ 485,2 milhões na despesa total. A despesa com aquisição de terras para fins de reforma agrária (TDA e Fundo da Terra) atingiu quase R\$ 1,0 bilhão no ano, 65,7% acima do que foi gasto em igual período de 2004. O impacto fiscal dos subsídios associados ao PESA, assim como da inadimplência em algumas operações, foi de R\$ 687,2 milhões. As despesas com benefícios assistenciais, ao encargo do Tesouro, especialmente as decorrentes de LOAS, cresceram 29,4%, totalizando R\$ 5,4 bilhões até setembro. Esse aumento reflete o impacto do aumento real do salário-mínimo em 2005, assim como desdobramentos da redução da idade mínima para o recebimento do benefício para o idoso após a entrada em vigor do estatuto do idoso em 2003. As despesas com abono salarial e seguro-desemprego cresceram 21,3%, totalizando R\$ 8,4 bilhões, o que está associado ao aumento do salário-mínimo em termos reais, e ao número de empregos formais gerados desde 2004, com consequente ampliação do contingente de beneficiários, especialmente do abono salarial, dado que a maior parte dos empregos criados são na faixa de renda passíveis de receber o abono.

O déficit da Previdência Social no ano aumentou para 1,73% do PIB, contra 1,58% até setembro de 2004. Em termos nominais, a receita de contribuições cresceu em 15,7%, equivalente a um aumento de R\$ 10,2 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado. Contudo, as despesas com benefícios previdenciários cresceram em ritmo superior (16,8%). O aumento do salário-mínimo em termos reais – e consequente elevação do valor médio dos benefícios (7,4%), juntamente com o aumento no número médio de benefícios emitidos (4,9%).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 30,3 bilhões em setembro, sendo R\$ 1,0 bilhão (3,2%) inferior ao montante verificado no mês anterior. Apresentaram reduções significativas a arrecadação da CPMF (17,7%) e a do Imposto de Renda (7,1%), devido à ocorrência de apenas quatro semanas

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	18,40%	19,38%
Transferências	3,83%	4,24%
Despesas do Tesouro	9,44%	9,69%
Resultado Primário	5,13%	5,45%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O aumento dos gastos com custeio e capital está localizado em três grupos de despesas: i) subsídios e subvenções econômicas, incluindo o programa de reforma agrária; ii) benefícios assistenciais (LOAS, abono e seguro-desemprego); e iii) reordenamento de passivos – capitalização da Emgea.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
 BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,05%	5,30%
Benefícios	6,63%	7,03%
Resultado Primário	-1,58%	-1,73%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Impostos	13.097,6	12.424,5
Imposto de Renda	9.407,7	8.735,4
IPI	2.194,1	2.291,3
Outros	1.495,8	1.397,8
Contribuições	15.010,9	15.206,0
Cofins	7.251,2	7.778,8
CPMF	2.664,2	2.192,5
CSLL	1.958,8	1.955,3
Cide - Combustíveis	651,3	671,9
Outras	2.485,4	2.607,54
Demais	3.189,9	2.637,6
Cota parte	740,5	784,0
Diretamente Arrecadada	907,8	935,2
Dividendos da União	559,0	1,0
Pagamento Unificado ²	263,2	259,3
Outras	719,2	658,0
Total Bruto	31.298,3	30.268,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

de fatos geradores em setembro (contra cinco em agosto). Já a arrecadação referente à Cofins alcançou R\$ 7,8 bilhões, R\$ 527,6 milhões superior a do mês de agosto, o que representa uma elevação de 7,3% no período. O pagamento da primeira cota ou cota única do ITR garantiu, ainda, o ingresso de R\$ 161,6 milhões (ante R\$ 24,4 milhões em agosto).

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 552,3 milhões (17,3%) devido, em parte, à virtual ausência de pagamento de dividendos à União (R\$ 1,0 milhão, em setembro, contra R\$ 559,0 milhões, em agosto). A arrecadação da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural teve incremento de 5,9%, atingindo R\$ 784,0 milhões no período (R\$ 740,5 milhões em agosto).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	7,97%	8,39%
Imposto de Renda	5,82%	6,23%
IPI	1,30%	1,34%
Outros	0,84%	0,81%
Contribuições	9,19%	9,44%
Cofins	4,53%	4,57%
CPMF	1,50%	1,52%
CSLL	1,17%	1,37%
Cide - Combustíveis	0,45%	0,41%
Outras	1,55%	1,57%
Demais	2,03%	2,28%
Cota parte	0,66%	0,77%
Diretamente Arrecadada	0,60%	0,67%
Dividendos da União	0,26%	0,28%
Pagamento Unificado ¹	0,16%	0,16%
Outras	0,36%	0,40%
Total Bruto	19,19%	20,11%

¹ Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

De janeiro a setembro de 2005, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 285,4 bilhões contra R\$ 247,1 bilhões em igual período de 2004. O crescimento de 15,4% em termos nominais é função do desempenho da arrecadação dos tributos administrados, em especial do IRPJ (29,2%) e da CSLL (29,2%). O crescimento foi observado, principalmente, nos seguintes setores: combustíveis (27,5%), eletricidade (58,5%), extração de minerais metálicos (350,6%), intermediação financeira (35,6%), metalurgia básica (67,8%) e telecomunicações (185,1%). No que diz respeito à Cofins, o principal item que contribuiu para o desempenho global da arrecadação foi a tributação dos insumos e produtos importados (Lei nº 10.833/2003 e Lei nº 10.865/2004).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 32,4 bilhões até setembro deste ano, contra R\$ 26,2 bilhões em igual período do ano anterior. Ressalte-se o incremento de R\$ 2,5 bilhões, em relação ao acumulado de janeiro a setembro de 2004, na rubrica "Cota-Parte de Compensações Financeiras", pela exploração de petróleo e gás natural. O acréscimo no volume de arrecadação dessa rubrica reflete os elevados níveis dos preços internacionais do petróleo e o aumento do volume de produção. O recolhimento dos dividendos pagos pelas empresas estatais federais ao Tesouro Nacional foi R\$ 705,3 milhões superior ao registrado no acumulado do mesmo período de 2004.

Transferências a Estados e Municípios

Em setembro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 5,4 bilhões, contra R\$ 6,8 bilhões em agosto, registrando decréscimo de 20,0%. As transferências constitucionais para os fundos FPE e FPM foram reduzidas em 15,8%, refletindo a queda na arrecadação bruta do IR e o aumento

do volume de restituições (de R\$ 1,1 bilhão, em agosto, para R\$ 2,4 bilhões em setembro). Ressalte-se que tal redução já era prevista, tendo sido explicitada no Boletim FPM/FPE (parte integrante do boletim Resultado do Tesouro Nacional) em agosto e disponibilizada na Internet.

Em relação às demais transferências no mês de setembro destaca-se o incremento referente ao salário-educação. O volume total do repasse foi de R\$ 402,1 milhões, 159,1% superior ao montante registrado em agosto em função da sazonalidade bimestral desses repasses (a parcela de responsabilidade do FNDE é repassada bimestralmente). As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 mantiveram-se praticamente estáveis, no montante de R\$ 363,9 milhões. Por último, cabe salientar que a redução do repasse referente à participação de *royalties* pela produção de petróleo e gás (decréscimo de R\$ 829,9 milhões em relação a agosto), é explicada pela não ocorrência, em setembro, do ingresso referente à cota trimestral da receita de participação especial.

De janeiro a setembro de 2005, as transferências a estados e municípios aumentaram 22,0% em relação a 2004, perfazendo um total de R\$ 60,1 bilhões (contra R\$ 49,2 bilhões em igual período de 2004). Em termos nominais os principais eventos que explicam o acréscimo de R\$ 10,8 bilhões são: i) aumento de R\$ 7,9 bilhões nas transferências para os fundos constitucionais FPE e FPM, em razão da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 1,8 bilhão no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento da produção e dos elevados preços do petróleo no mercado internacional; e iii) incremento de R\$ 674,4 milhões nas transferências da CIDE, em virtude da não ocorrência de transferência no primeiro trimestre de 2004 (Lei nº 10.866/2004).

No mês de setembro as despesas do Tesouro Nacional foram essencialmente estáveis. Elas totalizaram R\$ 16,4 bilhões registrando acréscimo de R\$ 75,5 milhões, em relação ao mês anterior. A despesa com pessoal e encargos sociais, custeio e capital e transferências ao Banco Central, alcançaram respectivamente R\$ 6,7 bilhões, R\$ 9,6 bilhões e R\$ 53,7 milhões com incrementos correspondentes de R\$ 1,0 milhão, R\$ 43,5 milhões e R\$ 31,0 milhões.

Dentre as poucas despesas com variações mais pronunciadas, as despesas do FAT em setembro declinaram, por razões sazonais, para R\$ 1,3

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI-Exp.)		
R\$ milhões		
Decêndio	AGO	SET
Terceiro Decêndio	5.973,60	6.136,72
Primeiro Decêndio	2.290,40	437,75
Segundo Decêndio	2.216,40	2.179,95
Total	10.480,40	8.754,42

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	37.771,8	45.626,9
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	674,7	1.349,1
Lei Complementar nº 115/2002	3.225,0	3.223,3
Demais	7.618,6	9.923,4
Total	49.290,1	60.122,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,93	3,22
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	0,05	0,10
Lei Complementar nº 115/2002	0,25	0,23
Demais	0,59	0,70
Total	3,83	4,24

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional foram R\$ 75,5 milhões superiores, comparativamente a agosto.

bilhão, contra R\$ 1,7 bilhão no mês de agosto. O decréscimo deve-se, principalmente, à queda do pagamento do abono salarial, cujo montante declinou de R\$ 826,0 milhões em agosto para R\$ 439,1 milhões em setembro.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional, por outro lado, apresentaram acréscimo de R\$ 646,0 milhões em relação ao mês de agosto, alcançando R\$ 995,6 milhões. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) pagamento de R\$ 251,9 milhões referentes à equalização de empréstimos do Governo Federal, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); ii) registro de despesas no valor de R\$ 404,4 milhões, decorrentes da baixa de ativos que foram incorporados à Dívida Ativa da União, como parte do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), na agricultura.

No período de janeiro a setembro de 2005, as despesas do Tesouro alcançaram 9,69% do PIB, 0,25 ponto percentual do PIB acima do valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse aumento decorreu, em grande medida, do incremento de alguns itens nos dispêndios com custeio e capital, moderado pela evolução da despesa com pessoal e encargos sociais, onde ainda é prevista até o final do ano a entrada em efeito de alguns aumentos de remuneração acordados no passado.

Até setembro, as despesas de pessoal e encargos sociais, cuja previsão até o final do ano é de R\$ 93,5 bilhões (R\$ 9,8 bilhões em relação a 2004), elevaram-se em apenas R\$ 4,5 bilhões (7,5%), em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa dinâmica é explicada pelo crescimento vegetativo da folha salarial, por novos ingressos nos quadros públicos, e a reestruturação de carreiras estratégicas para melhoria do desempenho do setor público federal, dentro do esforço adicional do governo para valorizar a função pública ao longo de 2005.

No acumulado de janeiro até setembro de 2005 as despesas do FAT totalizaram R\$ 8,7 bilhões, contra R\$ 7,1 bilhões no mesmo período de 2004. Houve acréscimo de R\$ 1,5 bilhão nos gastos com abono salarial (PIS/Pasep) e seguro-desemprego, explicado em parte pelo reajuste real do salário mínimo em abril, assim como, no caso do abono, pelo significativo aumento do emprego formal na base da escala salarial. O aumento da despesa do Seguro Desemprego tem sido associado a causas mais complexas.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET
Pessoal e Encargos	6.724,3	6.725,3
Custeio e Capital	9.593,2	9.636,7
Despesas do FAT	1.737,4	1.272,7
Subsídios e Subvenções /1	349,6	995,6
LOAS/RMV	826,6	830,3
Outras	6.679,6	6.538,0
Transferência ao Bacen	22,7	53,7

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,60%	4,49%
Custeio e Capital	4,81%	5,17%
Despesas do FAT	0,56%	0,61%
Subsídios e Subvenções /1	0,22%	0,35%
LOAS/RMV	0,42%	0,47%
Outras	3,61%	3,73%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas e reordenamento de passivos cresceram R\$ 2,2 bilhões, comparativamente ao acumulado de janeiro a setembro de 2004. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram: i) aumento de R\$ 334,5 milhões no Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), para compras de produtos agrícolas; ii) incremento de R\$ 150,2 milhões com aquisições de produtos como algodão, milho e trigo, no âmbito do Programa de Garantia à Sustentação de Preços Mínimos, justificado pela ocorrência em 2005 de preços baixos de importantes produtos contemplados pelo Programa; iii) crescimento de R\$ 687,2 milhões no PESA, decorrentes da transferência para a Dívida Ativa da União de dívidas do setor agrícola, que apresentaram persistente inadimplência; e iv) R\$ 1,2 bilhão para capitalização da Emgea.

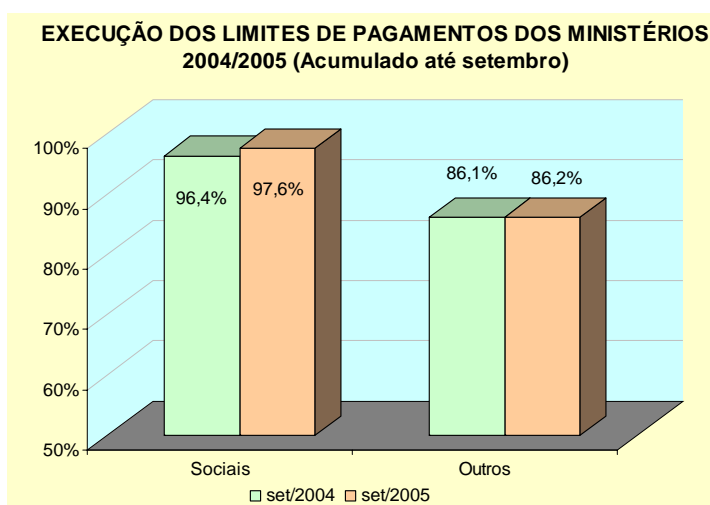
Os gastos da LOAS/RMV alcançaram R\$ 6,7 bilhões, superando em R\$ 1,3 bilhão (22,9%) os dispêndios de 2004. Esse crescimento é explicado, em boa medida, pelo reajuste do salário mínimo em 2005 e, no caso da LOAS, por desdobramentos decorrentes da redução da idade mínima para recebimento do benefício, a partir da entrada em vigor do estatuto do idoso em 2004.

O percentual de execução dos limites de pagamentos, constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizados, até setembro de 2005, pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social), foi de 97,6%, com ligeira aceleração ante ao percentual verificado em idêntico período de 2004, que foi de 96,4%. Em relação aos demais ministérios o percentual acumulado até setembro de 2005, evoluiu em paralelo ao desempenho de 2004, tendo alcançado 86,2%, em 2005, contra 86,1%, no ano anterior.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas e reordenamento de passivos, cresceram R\$ 2,2 bilhões, frente a idêntico período de 2004. Sendo que R\$ 1,0 bilhão refere-se a aumento nos gastos com subsídios à agricultura.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2004	2005
Agricultura	1.116,8	2.138,2
Custeio Agropecuário	81,8	133,3
Investimento Rural	324,7	263,0
Preços Agrícolas	(48,5)	436,6
- EGF	3,9	4,4
- AGF	(55,7)	278,8
- Sustentação de preços	3,3	153,4
Pronaf	721,5	581,8
Pesa	36,2	723,4
Cacau	1,1	0,0
Outros	820,1	780,8
Habitação (PSH)	360,2	165,9
FND	58,3	-19,4
Exportação (Proex)	333,9	416,3
Fundo da Terra/Incra	67,6	218,0
Total	1.936,9	2.919,1

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.



Até setembro, o percentual de execução dos limites de pagamentos dos ministérios ligados às áreas sociais atingiu 97,6%, sendo que a execução deste ano está ligeiramente mais acelerada, se comparada ao mesmo período do ano anterior.

Boxe 1 – Reavaliação da receita primária e da despesa obrigatória

Consoante comando do art. 9º da LRF foi efetuada reavaliação, referente ao quarto bimestre de 2005, das receitas primárias e despesas obrigatórias, a partir dos dados realizados até o mês de agosto e dos parâmetros macroeconômicos atualizados.

Verificou-se crescimento na arrecadação das receitas primárias superior à necessidade de elevação de algumas despesas obrigatórias, o que tornou possível efetivar a ampliação dos limites para as despesas de custeio e investimento para os órgãos da administração pública federal no montante de R\$ 820,0 milhões, sendo R\$ 806,0 milhões para o Poder Executivo, R\$ 2,2 milhões para o Poder Legislativo, R\$ 10,2 milhões para o Judiciário e R\$ 1,6 milhão para o MPU.

O crescimento das despesas primárias obrigatórias, exclusive benefícios previdenciários, relativamente à reavaliação anterior, foi de R\$ 3,7 bilhões como decorrência, principalmente, dos acréscimos nos:

- 1) Gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 989,3 milhões);
- 2) Seguro desemprego (R\$ 506,0 milhões);
- 3) Créditos extraordinários (R\$ 1,3 bilhão); e
- 4) Despesas com o Proagro (R\$ 483,4).

Com a atualização dos parâmetros macroeconômicos, em particular, dos índices de preços, o PIB nominal estimado para o ano passou de R\$ 1.951,9 bilhões para R\$ 1.946,9 bilhões. Com isso, o valor nominal da meta de resultado primário do Governo Federal para 2005 foi reduzido em R\$ 118,6 milhões, passando de R\$ R\$ 61,5 bilhões, conforme constava no Decreto nº 5.516/2005, para R\$ 61,3 bilhões, correspondente a 3,15% do PIB. Para o Governo Central, o resultado primário passou de R\$ 46,4 bilhões, para R\$ 46,3 bilhões, equivalentes a 2,38% do PIB. O resultado primário das empresas estatais federais não financeiras também foi ajustado para R\$ 15,0 bilhões, equivalentes a 0,77% do PIB.

O novo cronograma mensal de desembolsos para os órgãos do Poder Executivo contemplando a ampliação mencionada, e a demonstração da compatibilidade entre os limites de pagamento e o cumprimento da meta de superávit primário foi efetivada com a publicação do Decreto nº 5.553, de 3 de outubro de 2005 (DOU de 04.10.2005).

Até setembro de 2005, os investimentos representam 44,8% do total de restos a pagar pagos, sendo a maior parte realizados pelos Ministérios dos Transportes e Saúde, cujo desembolso somou R\$ 1,1 bilhão.

Até setembro de 2005, foram pagos 56,1% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto no 5.379, de 25/02/2005, totalizando um volume de R\$ 5,9 bilhões. Desse montante o valor de R\$ 2,7 bilhões (44,8%) referem-se a investimentos, com destaques para as áreas de Transportes, R\$ 580,9 milhões (22,2%) e Saúde, R\$ 553,9 milhões (21,2%).

Previdência Social

Em setembro, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,7 bilhões, R\$ 104,8 milhões acima do verificado no mês anterior. O desempenho se explica basicamente pela diminuição de arrecadação de contribuição previdenciária e de depósitos judiciais, contrabalançada pela queda nos gastos com pagamentos de requisição de pequeno valor e precatórios. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 24,5 bilhões, contra R\$ 20,4 bilhões observado nos primeiros nove meses de 2004 (+20,3%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

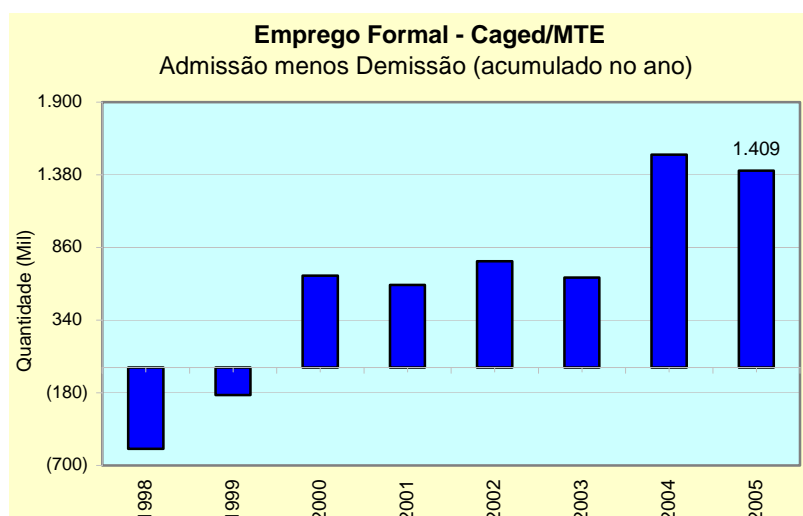
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões				
	JUL	AGO	SET	JAN-SET	
	2005	2005	2005	2004	2005
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	8.474,5	8.952,4	8.748,2	65.007,1	75.204,3
Arrecadação Bruta	9.169,7	9.728,7	9.458,8	70.742,6	81.186,5
- Contribuição Previdenciária	8.614,4	9.039,4	8.842,2	65.575,2	75.733,0
- Simples	409,3	422,8	446,8	3.064,8	3.560,7
- CDP	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1
- CFT	54,7	16,6	53,3	559,6	457,7
- Depósitos Judiciais	55,7	208,8	69,9	1.122,7	1.040,2
- Refis	20,3	25,7	31,5	274,2	262,9
- Outras Receitas	15,1	15,4	15,2	146,0	131,9
(-) Restituição/Devolução	-23,0	-94,9	-20,6	-212,8	-401,0
(-) Transferências a Terceiros	-672,2	-681,4	-690,1	-5.522,6	-5.581,1
II. BENEFÍCIOS	11.561,3	11.560,7	11.461,3	85.372,6	99.701,8
Benefícios Previdenciários	11.561,3	11.560,7	11.461,3	85.372,6	99.701,8
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-20.365,5	-24.497,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,58%	-1,73%

Em setembro, o déficit primário da Previdência Social foi de R\$ 2,7 bilhões. No acumulado do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 24,5 bilhões, equivalente a 1,73% do PIB do período.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 8,7 bilhões em setembro, representando diminuição de 2,3% frente aos ingressos líquidos de agosto, os quais representaram recorde de arrecadação do ano. A despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 11,5 bilhões, 0,9% inferior à do mês anterior.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu R\$ 10,2 bilhões refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 1.409 mil novos empregos no acumulado até setembro de 2005.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	65,0	75,2	15,7%
Benefícios	85,4	99,7	16,8%
Resultado Primário	-20,4	-24,5	20,3%



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-SET			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,3	23,4	4,9%
Valor médio**	432,0	464,0	7,4%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 99,7 bilhões no acumulado de 2005, representando aumento de 16,8% (R\$ 14,3 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento se situa bem acima do aumento de 7,4% no valor médio dos benefícios pagos. Houve incremento de 1,1 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 4,9% no total de benefícios.

Na comparação da média de janeiro a setembro de 2005 em relação à média do mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 462,5 mil aposentadorias (3,8%), 225,6 mil benefícios de auxílio-doença (18,9%), 148,7 mil pensões por morte (2,7%) e 293,2 mil na quantidade de LOAS (15,8%). Essa evolução, ainda que acentuada, aponta para uma importante desaceleração no ritmo de concessão do auxílio-doença, que vinha se traduzindo em aumentos de cerca de 30% nos benefícios nos últimos três anos. Apesar de ainda ser cedo para identificar as principais causas para essa redução, inclusive levando em conta a greve no INSS, o indicativo é sob alguns aspectos encorajador.

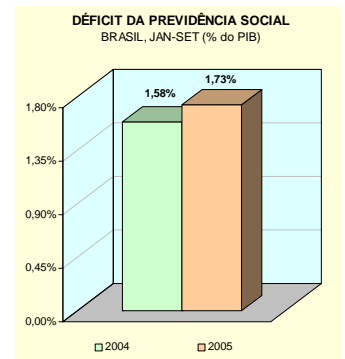
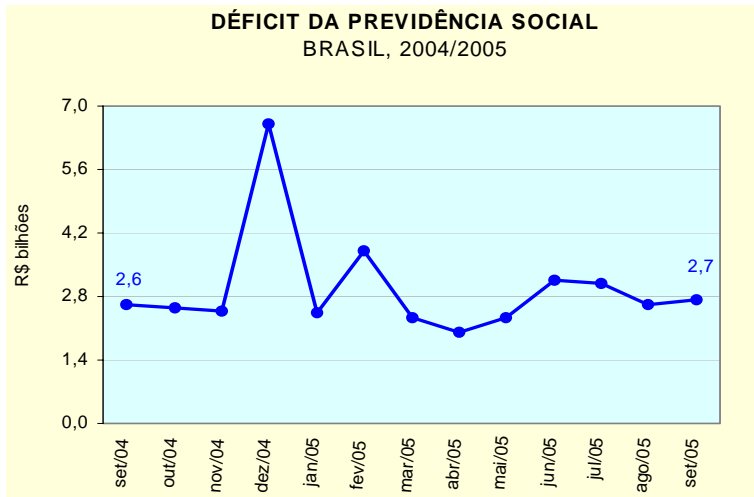
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

	Em mil benefícios			
	Ago	Set	MÉDIA JAN-SET	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.548	23.655	22.304	23.400
Previdenciários	20.056	20.151	19.101	19.941
Aposentadorias	12.872	12.900	12.309	12.772
Idade	6.586	6.599	6.271	6.537
Invalidez	2.609	2.622	2.446	2.574
Tempo de contribuição	3.677	3.679	3.592	3.661
Pensão por morte	5.709	5.729	5.535	5.683
Auxílio-Doença	1.413	1.459	1.191	1.417
Salário - maternidade	31	33	42	41
Outros	31	30	24	28
Acidentários	756	758	743	756
Aposentadorias	141	142	132	139
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	128	129	123	130
Auxílio - acidente	267	267	265	267
Auxílio - suplementar	90	90	93	91
ASSISTENCIAIS	2.727	2.737	2.456	2.693
Amparos Assistenciais - LOAS	2.193	2.208	1.853	2.146
Idoso	1.012	1.023	789	986
Portador de deficiência	1.181	1.185	1.064	1.160
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17
Rendas mensais vitalícias	517	512	586	529
Idade	166	164	197	171
Invalidez	351	348	389	358

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,05%	5,30%
Benefícios	6,63%	7,03%
Resultado Primário	-1,58%	-1,73%

A necessidade de financiamento do RGPS se ampliou a um ritmo quase duas vezes maior que a do crescimento do PIB nominal. Essa dinâmica se explica pelo aumento da despesa como proporção do PIB em 0,40 ponto

percentual, compensado parcialmente pela elevação de receitas, também como proporção do PIB, que se limitou a 0,25 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS cresceu de 1,58% para 1,73% do PIB.



Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou 25,9% do PIB. A DPMFi aumentou o equivalente a 0,3 ponto percentual do PIB, resultado em parte da emissão líquida de títulos em R\$ 1,9 bilhão. Os títulos prefixados tiveram emissão líquida de R\$ 17,3 bilhões e, por outro lado, aqueles remunerados pela taxa Selic apresentaram resgate líquido de R\$ 14,8 bilhões. O custo médio da DPMFi em poder do público foi de 14,58% a.a., apresentando redução de 1,38 ponto percentual em relação a agosto, devido, principalmente, à apreciação do real frente ao dólar ocorrida no mês. Por essa mesma razão, o saldo da dívida externa líquida, expressa em moeda nacional, apresentou decréscimo de 3,1%, o equivalente a 0,4 ponto percentual do PIB. Merece destaque a emissão no mercado externo de título denominado em moeda local, o Global BRL 2016, no montante de R\$ 3,4 bilhões. Adicionalmente, com o objetivo de oferecer elementos homogêneos de comparação com estatísticas de outros países, o Tesouro Nacional calculou o prazo médio da DPF por uma nova metodologia que será divulgada, em conjunto com a tradicional, a partir do próximo mês. Por essa nova metodologia, o prazo médio da DPF é de 56,47 meses (4,71 anos), contra 34,58 meses (2,88 anos) pelo método que vinha sendo utilizado de forma singular.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 490,5 bilhões, equivalentes a 25,9% do PIB acumulado nos últimos doze meses, superando em 0,5 ponto percentual a cifra observada no mês anterior. Em termos nominais, o aumento no mês foi de R\$ 12,7 bilhões, explicado, principalmente, pela emissão líquida e apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna, além da redução do saldo dos haveres contratuais do Tesouro Nacional.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 490,5 bilhões em setembro, equivalente a 25,9% do PIB.

TABELA 4			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2004/2005			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	171.901	304.271	322.443
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	757.366	910.880	924.597
Dívida Contratual da STN	-439.142	-448.565	-443.795
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-146.323	-158.044	-158.359
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	211.810	173.516	168.063
Dívida Mobiliária em Poder do Público	168.306	142.485	139.016
Títulos Depositados em Garantia	-3.856	-3.723	-3.289
Dívida Contratual	47.822	35.094	32.666
Disponibilidades	-462	-341	-330
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	383.712	477.787	490.506
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,5%	25,4%	25,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Por outro lado, a dívida externa líquida reduziu-se em R\$ 5,5 bilhões, equivalentes a 0,4 ponto percentual do PIB. Essa diminuição ocorreu basicamente em virtude da apreciação do real frente ao dólar (6,0%), dado que esse estoque avaliado na moeda norte-americana aumentou 3,0%, com as emissões do *Global BRL 2016* e do *Global 2025*.

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de setembro com saldo de R\$ 322,4 bilhões, superior ao registrado no mês anterior em R\$ 18,2 bilhões. Essa variação pode ser explicada pela emissão líquida e apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna, além da redução do saldo de haveres contratuais do Tesouro Nacional, esta decorrente da variação do IGP-M, de -0,53% em setembro e da apreciação cambial sobre aqueles haveres vinculados a esse indexador.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	SET	AGO	SET
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	171.901	304.271	322.443
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	757.366	910.880	924.597
LFT	434.074	505.970	498.798
LTN	133.273	212.426	232.414
NTN-C	75.845	75.405	75.199
NTN-D	20.309	5.653	5.808
Demais	72.181	84.701	85.621
Dívida Securitizada	19.294	23.665	23.536
TDA	2.390	3.060	3.221
DÍVIDA CONTRATUAL	-585.465	-606.609	-602.154
<i>Tesouro Nacional</i>	-439.142	-448.565	-443.795
Dívida Bancária	25.416	24.911	24.901
Lei nº 7.976/89	-8.571	-6.393	-5.994
Lei nº 8.727/93	-48.014	-47.964	-47.901
Lei nº 9.496/97	-237.054	-248.731	-247.429
Renegociação Dívida Municipais	-34.894	-37.627	-37.485
Demais Haveres da STN	-136.024	-132.762	-129.887
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-146.323	-158.044	-158.359
FAT	-101.214	-113.150	-112.972
Demais Entidades	-45.108	-44.894	-45.387
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,4%	48,4%	48,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,3%	-32,2%	-31,7%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,8%	-23,8%	-23,4%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,1%	16,2%	17,0%

Em setembro, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional correspondeu a 17,0% do PIB.

Em setembro, a emissão líquida de títulos da DPMFi do Tesouro Nacional, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 1,9 bilhão. As emissões brutas

Emissões e Resgates

corresponderam a R\$ 38,7 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 36,8 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 38,3 bilhões, sendo: i) R\$ 21,8 bilhões em LTN, com vencimentos em abril de 2006, janeiro e abril de 2007 e janeiro de 2008; ii) R\$ 10,8 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2008 e setembro de 2009; iii) R\$ 4,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2008 e 2024; iv) R\$ 1,2 bilhão em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012; e v) R\$ 134,5 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 278,1 milhões, todas no âmbito dos programas públicos, sendo: i) R\$ 199,4 milhões em TDA, para indenizações de desapropriação para a reforma agrária; ii) R\$ 55,3 milhões em CFT-E1, para o Fies; e iii) R\$ 23,3 milhões em NTN-I, para o Proex.

No mês de setembro, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 1,9 bilhão.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, SET/2005

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	38.344,8	278,1	48,0	38.670,9
LFT	10.758,6	0,0	10,8	10.769,4
LTN	21.845,1	0,0	29,1	21.874,2
NTN-B	4.434,0	0,0	5,8	4.439,8
NTN-C	134,5	0,0	0,9	135,4
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	1.172,6	0,0	1,5	1.174,1
TDA	0,0	199,4	0,0	199,4
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	78,7	0,0	78,7
II. RESGATES**	34.063,4	2.665,5	27,5	36.756,3
LFT	24.213,8	1.385,2	5,0	25.604,0
LTN	4.953,9	0,0	5,5	4.959,4
NTN-B	3.414,3	34,2	1,5	3.450,0
NTN-C	501,7	29,7	14,7	546,1
NTN-D	185,1	16,1	0,0	201,3
NTN-F	794,5	0,0	0,7	795,3
TDA	0,0	46,1	0,0	46,1
Securitizada*	0,0	336,7	0,0	336,7
Demais	0,0	817,6	0,0	817,6
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	4.281,4	-2.387,4	20,6	1.914,6

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 48,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 29,1 milhões em LTN com vencimentos em abril, julho e outubro

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em setembro, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 48 milhões em vendas, aumento de 162,7% em relação ao mesmo mês de 2004.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 60,6% do montante vendido, seguidas pelas LFT (22,5%).

Os volumes de vendas e de investidores cadastrados nos primeiros nove meses de 2005 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 472,9 milhões e 12.498 investidores. Isso representou aumento de 86,2% no volume de vendas e de 50,5% no número de investidores em relação ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados no programa atingiu 45.294 pessoas.

de 2006, janeiro e julho de 2007 e janeiro de 2008; ii) R\$ 10,8 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009; iii) R\$ 5,8 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iv) R\$ 1,5 milhão em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 886,2 mil em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em setembro, atingiu R\$ 36,8 bilhões, sendo R\$ 30,6 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 6,2 bilhões referentes a cancelamentos, sendo destes: i) R\$ 3,2 bilhões em NTN-B, R\$ 269,7 milhões em LFT, R\$ 231,0 milhões em NTN-C, R\$ 6,0 milhões em LFT-B e R\$ 4,8 milhões em CFT-E1, todos aceitos nos leilões de troca e resgate antecipado de NTN-B; ii) R\$ 1,6 bilhão em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; iii) R\$ 794,5 milhões em NTN-F, aceitas nos leilões de troca e resgate antecipado de NTN-F; iv) R\$ R\$ 95,6 mil em TDA, por solicitação do Incra; e v) R\$ 35,1 mil em TDA, referentes ao recebimento do ITR.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em consonância com as diretrizes de administração da dívida pública e visando a fortalecer o mercado de títulos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de julho, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante negociado de NTN-C nos leilões realizados nos dias 30 e 31 de agosto, com liquidação financeira no dia 1º de setembro de 2005, foi de R\$ 134,5 milhões, sendo recebido somente em dinheiro. Os títulos com vencimento em 2017 representaram 56,8% do total vendido, saindo à taxa de 8,36% a.a.. As taxas de venda observadas para as NTN-C com vencimento em 2021 e 2031 foram de 8,39% a.a. e 8,43% a.a., respectivamente.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em setembro foi de R\$ 4,4 bilhões. No leilão realizado nos dias 13 e 14 de setembro, com liquidação financeira no dia 15 de setembro de 2005, foram emitidos R\$ 1,4 bilhão. Desse montante 75,24% (R\$ 1,1 bilhão) foram recebidos em troca por outros títulos e 24,76% (R\$ 344,0 milhões) em dinheiro. Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2008, representando 76,4% do total vendido e saindo à taxa de 11,80% a.a.. Nos dias 27 e 28 de setembro também foi realizado leilão de NTN-B com liquidação financeira em 29 de setembro. O montante vendido foi de R\$ 3,0 bilhões, sendo que 77,3% (R\$ 2,3 bilhões) foram recebidos em troca por outros títulos e 22,7% (R\$ 691,2 milhões) em dinheiro. Destaca-se que a NTN-B com vencimento em 2008 foi o título mais demandado, saindo à taxa de 11,80% a.a..

Conforme o cronograma de setembro, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 29 e 30 de setembro, com liquidação financeira em 3 de outubro de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 83,5 milhões, sendo que 95,5% corresponderam à venda em dinheiro (R\$ 79,8 milhões), e os 4,5% restantes à parcela recebida em títulos (R\$ 3,7 milhões). Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 91,4% do total negociado e saindo à taxa de 8,49% a.a..

Em relação à composição da DPMFi do Tesouro Nacional, observou-se redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 1,66 ponto percentual em função do resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 14,8 bilhões, e

Composição

Os títulos prefixados ampliaram a sua participação em 1,88 ponto percentual, enquanto que aqueles remunerados pela taxa Selic apresentaram redução de 1,66 ponto percentual.

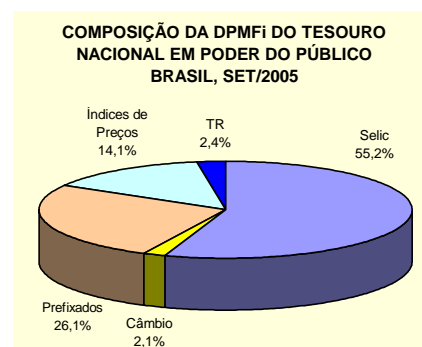
aumento na participação dos títulos com rentabilidade prefixada (1,88 ponto percentual) em função da emissão líquida de LTN no valor de R\$ 16,9 bilhões. Os títulos remunerados pela taxa de câmbio sofreram redução de 0,10 ponto percentual, devido ao resgate líquido de NTN-D, no valor de R\$ 201,3 milhões e os remunerados por índice de preços também apresentaram redução de 0,10 ponto percentual, devido ao resgate líquido de NTN-C, no valor de R\$ 410,7 milhões.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005

INDEXADOR	2004		2005
	SET	AGO	SET
Selic	59,18	56,85	55,19
Câmbio	5,05	2,23	2,13
Prefixados	17,90	24,25	26,13
Índices de Preços	16,02	14,21	14,11
TR	1,86	2,45	2,44

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi do Tesouro Nacional em poder do público reduziu de 15,96% a.a., em agosto, para 14,58% a.a., em setembro, devido à maior apreciação do real frente ao dólar americano (6,0% em setembro contra 1,1% em agosto), o que impactou fortemente o custo anual da NTN-D.

O custo médio anualizado da DPMFi em setembro foi de 14,58%, menor que o de agosto em 1,38 ponto percentual.

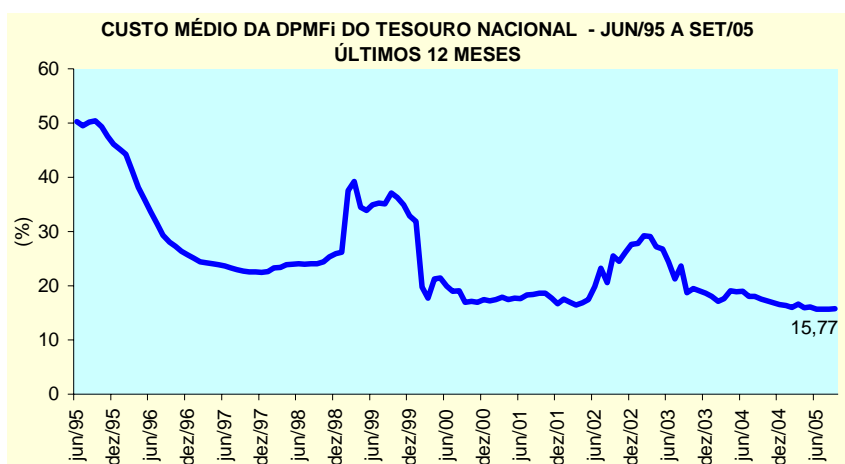
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005

PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	Set	16,22
	Out	15,29
	Nov	17,49
	Dez	17,37
2005	2004	17,17
	Jan	16,93
	Fev	17,34
	Mar	18,71
	Abr	18,20
	Mai	17,03
	Jun	16,74
	Jul	16,91
	Ago	16,51
Set	16,64	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 16,51% a.a., em agosto, para 16,64% a.a., em setembro, devido a: i) menor deflação do IGP-M (-0,65% em agosto contra -0,53% em setembro) aumentando o custo anual da NTN-C em 0,74 ponto percentual; e ii) maior variação do IPCA (0,17% em agosto contra 0,35% em setembro), que aumentou o custo anual da NTN-B em 0,82 ponto percentual.

O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses passou de 15,67% a.a., em agosto, para 15,77% a.a., em setembro, principalmente em função dos seguintes fatores: i) maior variação da taxa Selic (1,50%, em setembro de 2005, contra 1,25% no mesmo mês do ano anterior); e ii) aumento no custo dos títulos com rentabilidade prefixada (18,48% a.a. em setembro de 2005 contra 16,58% a.a. no mesmo mês do ano anterior) em razão do comportamento das taxas de rentabilidade aceitas nos leilões.



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,77% a.a..

Em setembro, o prazo médio da DPMFi do Tesouro Nacional – de acordo com a metodologia adotada pela STN desde 2001 – apresentou pequena redução, de 0,18 mês. O prazo médio das LTN aumentou 0,07 mês, devido à emissão deste título com prazo médio de 16,32 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em agosto (8,35 meses). As LFT apresentaram prazo médio de emissão (43,20 meses) superior ao do estoque desses títulos em agosto (18,72 meses), resultando na elevação de 0,46 mês no prazo médio do título. Em função do exposto acima, o prazo médio do estoque total diminuiu em 0,18 mês (27,46 meses, em setembro, contra 27,65 meses, em agosto).

Prazo Médio

Em comparação a setembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público reduziu em 0,18 mês.

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

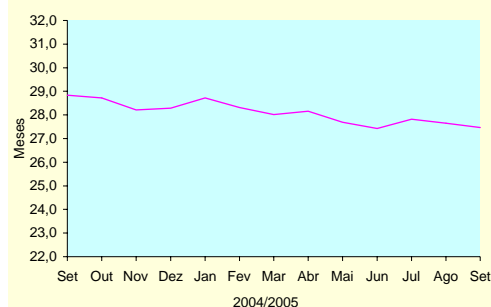
TÍTULOS	Meses		
	2004 SET	2005 AGO	2005 SET
LTN	5,11	8,35	8,42
LFT	18,40	18,72	19,17
NTN-B	103,23	82,91	81,69
NTN-C	69,27	69,90	69,14
NTN-D	9,47	14,46	13,99
TDA	62,06	62,49	63,90
Dívida Securitizada*	60,16	78,46	78,46
Demais	98,89	86,33	84,89
TOTAL	28,83	27,65	27,46

(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2004	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65
	Nov	28,21	21,18
	Dez	28,29	20,69
2005	Jan	28,73	21,41
	Fev	28,32	21,26
	Mar	28,01	21,10
	Abr	28,16	21,50
	Mai	27,69	21,16
	Jun	27,42	21,01
	Jul	27,81	21,59
	Ago	27,65	21,43
	Set	27,46	21,43

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO


Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro com saldo de R\$ 168,1 bilhões, decréscimo de 3,1% em relação ao mês anterior, ou o equivalente a 0,4 ponto percentual do PIB. Essa redução deveu-se fundamentalmente à apreciação do real frente ao dólar, já que em termos da moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu acréscimo de 3,0%, em razão da emissão do *Global BRL 2016* e da reabertura do *Global 2025*.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 SET	2005 AGO	2005 SET
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	168.306	142.485	139.016
Bônus de Renegociação	43.972	21.099	19.801
Bônus de Captação	124.334	121.387	119.215
II. DÍVIDA CONTRATUAL	47.822	35.094	32.666
Organismos Multilaterais	26.852	21.480	19.989
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.068	7.411	6.955
Clube de Paris	11.903	6.204	5.722
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	216.128	177.580	171.682
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.856	-3.723	-3.289
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-462	-341	-330
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	211.810	173.516	168.063
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	12,4%	9,2%	8,9%

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 5,5 bilhões, equivalentes a 0,4 ponto percentual do PIB.

Boxe 4 – Primeira emissão no mercado internacional em Reais

Em uma iniciativa inédita, a República do Brasil, por intermédio do Tesouro Nacional, captou recursos no mercado internacional através de um título denominado em moeda local (reais). O bônus denominado *Global BRL 2016* teve sua emissão concluída no dia 20 de setembro de 2005, no montante R\$ 3,4 bilhões (aproximadamente USD 1,5 bilhão), e deu continuidade ao cronograma de financiamento externo para o biênio de 2006-2007, iniciado com a reabertura do *Global 2025*.

O sucesso da operação foi de grande significância para o País, no sentido de revelar a expressiva confiança do investidor estrangeiro na economia doméstica, uma vez que o risco cambial inerente a um papel com estas características é integralmente assumido pelos compradores.

O novo título é prefixado, com vencimento em 2016, paga um cupom de juros de 12,50% a.a. e foi colocado a um preço de 98,636% do seu valor de face, resultando em um retorno de 12,75% a.a. ao investidor. Os cupons serão pagos nos dias 5 de janeiro e 5 de julho de cada ano.

Essa emissão ajudou o Tesouro Nacional a criar um ponto de referência na parte mais longa da curva prefixada, pois atualmente os títulos prefixados mais longos emitidos no mercado doméstico são as NTN-F com vencimento em 2012. A exemplo de outros países, o *BRL 2016* leva à redução do endividamento externo denominado em moeda estrangeira, o chamado *original sin*, ou pecado original, que tem ampla referência na literatura acadêmica.

A operação deve contribuir também para a consolidação de expectativas compatíveis com uma trajetória cadente dos juros reais e para o alongamento do prazo da dívida interna, além de reduzir a parcela da dívida pública indexada ao dólar. Liderada pelos bancos *Goldman Sachs* e *JPMorgan*, e tendo o Itaú como co-manager, a colocação dos títulos foi pulverizada, tanto em termos de números de investidores, como por distribuição geográfica (EUA e Europa, principalmente) e perfil de investimento.

O serviço da DPFe, em setembro, totalizou R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,0 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos – sendo que R\$ 930,9 milhões estão relacionados à dívida mobiliária – e R\$ 294,8 milhões ao pagamento de principal.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, SET/2005

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	294,8	1.032,7	1.327,5
I.1. Organismos Multilaterais	155,0	64,2	219,2
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	103,7	30,2	133,9
I.3. Clube de Paris	0,0	7,4	7,4
I.4. Dívida Mobiliária	36,0	930,9	966,9
BIB	36,0	18,8	54,8
EURO 2012	0,0	235,0	235,0
GLOBAL 2008	0,0	166,7	166,7
GLOBAL 2009	0,0	39,9	39,9
GLOBAL 2015	0,0	146,8	146,8
GLOBAL BRL 2016	0,0	56,0	56,0
GLOBAL 2025 (Reabertura)	0,0	7,0	7,0
GLOBAL 2030	0,0	231,5	231,5
SAMURAI 2006	0,0	29,3	29,3

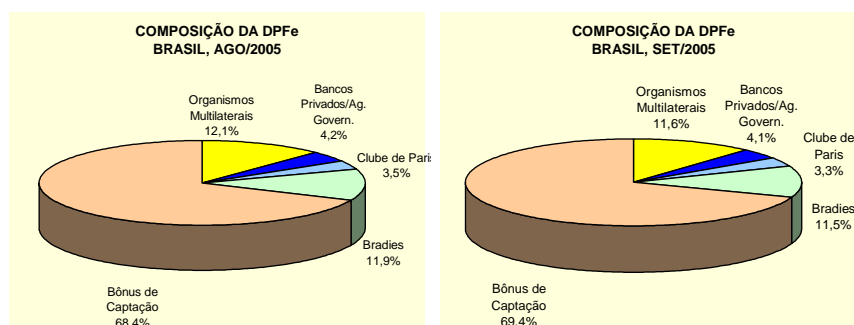
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,0 bilhão no mês.

Em função das emissões do *Global BRL 2016* e do *Global 2025*, aumentou a participação dos Bônus de Captação no conjunto da DPFe, de 68,4% em agosto para 69,4% em setembro. Devido à ausência de movimentações expressivas nos seus saldos, os demais componentes tiveram pequena redução na participação da DPFe.

Composição

Em virtude das emissões em setembro, os Bônus de Captação aumentaram sua participação no conjunto da DPFe, de 68,4% em agosto para 69,4% em setembro.



Boxe 5 – Reabertura do *Global 2025*

Já no contexto do programa de financiamento para o biênio 2006-2007, o Tesouro Nacional realizou no dia 6 de setembro captação externa com a reabertura do bônus da República *Global 2025*, com emissão no montante de US\$ 1 bilhão do *Global 2025*. Na emissão original, em janeiro de 2005, o volume da operação foi de US\$ 1,25 bilhão.

O título, que paga cupom semestral de 8,75% a.a., foi emitido ao preço de 102,125% do seu valor de face, resultando assim, em rentabilidade ao investidor de 8,52% a.a.. O *spread* foi de 417 pontos base acima do título de referência do Tesouro Americano com 30 anos de prazo. Nesta ocasião, a operação foi liderada pelos bancos *Bear Stearns* e *Morgan Stanley*.

A alocação final da emissão foi bastante pulverizada, favorecendo uma boa performance no mercado secundário. Destaca-se ainda que o risco Brasil medido pelo *EMBI* se mostrou, na data da emissão, 10 pontos abaixo do observado na data da captação original (janeiro de 2005), reforçando a trajetória descendente iniciada em 2004 e ressaltando os bons resultados da emissão.

Custo e Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária externa, na metodologia que o Tesouro Nacional adotou nos últimos anos, foi de 6,33 anos, praticamente o mesmo valor do mês anterior. O custo médio, em dólares, sofreu acréscimo, passando de 9,21% a.a. em agosto, para 9,28% a.a. em setembro, resultado este da emissão do *Global BRL 2016*.

Em setembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa manteve-se estabilizado, alcançando 6,33 anos. O custo médio, por sua vez, apresentou pequeno acréscimo, passando de 9,21% a.a. em agosto para 9,28% a.a. em setembro.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	SET	AGO	SET
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,07	6,32	6,33
Bônus de Renegociação	5,35	5,63	5,56
Bônus de Captação	6,33	6,45	6,46
Globais	7,34	7,16	7,12
Euros	3,37	3,91	3,90
Demais	2,37	1,48	1,40
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,80	9,21	9,28
Bônus de Renegociação	4,95	5,08	5,08
Bônus de Captação	10,16	9,93	9,98
Globais	10,51	10,15	10,20
Euros	9,95	9,93	9,93
Demais	6,07	6,06	6,06

* Custo Médio em dólares.

Boxe 6 – Metodologia de Cálculo do Prazo Médio

Com o objetivo de oferecer informações e critérios mais homogêneos de comparação com as estatísticas da dívida pública de outros países, o Tesouro Nacional passará a divulgar, a partir do próximo mês, o prazo médio da Dívida Pública Federal por uma metodologia adicional que será divulgada em conjunto com os dados obtidos pela metodologia atual.

Não há padrão internacional para a divulgação da estatística de prazo médio da dívida, e, portanto impera certa ambigüidade sobre a metodologia adotada por diferentes países. Uma das metodologias utilizadas considera todos os vencimentos dos títulos, ou seja, não só o principal, mas também os cupons intermediários, sendo, portanto, mais conservadora. Neste sentido, o prazo de um título com pagamento de cupons semestrais seria a média ponderada dos prazos de seus diversos fluxos (cupons intermediários e principal), onde os pesos na ponderação são dados pelo valor presente de cada um. A outra metodologia, mais tradicionalmente utilizada, e menos conservadora, pondera o estoque atual de cada título pelo seu prazo final. Com isso, considerando o mesmo título com pagamento semestral de cupom, o seu prazo seria dado simplesmente pelo seu prazo remanescente até o vencimento do principal.

O prazo médio da dívida pública divulgado pelo Tesouro Nacional é calculado pela primeira metodologia. A adoção desta se justifica por ela ser a mais adequada para capturar os fluxos de caixa referentes ao serviço da dívida (principal e juros), ou seja, o risco de refinanciamento do Tesouro. A partir do momento, porém, que as análises internacionais comparam indiscriminadamente o prazo médio dos países oriundos de metodologias distintas, o Tesouro Nacional optou por divulgar o prazo médio da dívida usando a segunda metodologia, ou seja, pela ponderação do prazo remanescente do principal dos títulos públicos.

A diferença em termos de resultados gerados pelas duas metodologias tem se tornado bastante significativa nos últimos 18 meses, com o aumento no estoque da DPMFi da parcela de títulos públicos remunerados a índices de preços (NTN-B e C) e prefixados com cupons (NTN-F) no estoque da DPMFi do Tesouro Nacional. Esses títulos têm prazos mais longos, em linha com a estratégia de melhora da composição da dívida. Como exemplo da nova estatística, e do diferencial que ela promove na dívida brasileira, destaca-se que para setembro, pela metodologia atualmente utilizada, o prazo médio da DPMFi do Tesouro Nacional em poder do público é de 27,46 meses (2,29 anos), enquanto pela metodologia que considera somente o prazo remanescente, este prazo é de 41,22 meses (3,43 anos). Já para a DPFe (mobiliária e contratual) o prazo médio passa de 72,95 meses (6,08 anos) para 138,60 meses (11,55 anos). O prazo da Dívida Pública Federal, que incorpora a DPMFi e a DPFe, pela nova metodologia é de 56,47 meses (4,71 anos), contra os 34,58 meses (2,88 anos) pela metodologia atual.

O prazo da Dívida Pública Federal em setembro, medido considerando-se o vencimento apenas do principal das obrigações do Tesouro Nacional é de 56,47 meses (4,71 anos). Esse valor é bem superior àquele indicado pela metodologia tradicionalmente usada pelo Tesouro Nacional, que considera o vencimento do principal e cupons, o qual aponta para um prazo de apenas 34,58 (2,88 anos).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Setembro 2004/2005

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Setembro 2004/2005

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
I. RECEITA TOTAL	34.393,2	35.786,2	33.422,9	47.480,6	41.420,7	35.265,7	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,6	40.193,2	39.248,5	36.722,7
I.1. Receitas do Tesouro	26.831,9	27.915,3	25.605,3	34.029,2	33.308,5	27.740,3	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,4	31.604,4	30.212,9	27.864,4
I.1.1 Receita Bruta	27.811,9	29.860,4	26.775,2	34.600,8	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1
- Impostos	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5
- Contribuições	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0
- Demais (1)	2.257,5	3.733,6	3.111,5	3.734,7	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6
I.1.2. (-) Restituições	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5	8.952,4	8.748,2
I.3. Receitas do Banco Central	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3	83,3	110,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2	6.751,1	5.401,6
II.1. Transferências Constitucionais (IP, IR e outras)	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (2)	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9	365,2	363,9
II.3. Transferências da Cide	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5	0,0	0,0
II.4. Demais	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.329,6	30.082,3	27.202,4	41.137,8	34.024,6	28.566,7	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.793,6	33.730,0	32.497,5	31.321,0
IV. DESPESA TOTAL	24.695,1	25.297,5	25.446,3	43.900,0	25.647,1	26.142,0	25.191,8	23.231,8	25.857,1	27.607,4	28.621,0	28.200,7	27.997,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.653,5	6.624,7	7.453,6	10.335,0	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5	6.430,8	7.220,3	8.315,0	6.724,3	6.725,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3	11.560,7	11.461,3
IV.3. Custeio e Capital	7.773,4	8.162,8	7.633,7	13.298,1	6.888,8	7.377,6	7.881,3	6.197,2	8.714,9	8.479,9	8.567,3	9.593,2	9.636,7
IV.3.1. Despesa do FAT	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	292,1	282,4	417,0	2.028,1	112,8	1.357,6	875,9	18,2	424,4	347,7	525,5	349,6	995,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7	826,6	830,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.750,6	6.220,9	5.921,6	9.509,9	5.543,3	4.827,0	5.444,4	4.803,7	6.716,2	6.452,1	5.910,8	6.679,6	6.538,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3	22,7	53,7
IV.5. Despesas do Banco Central	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1	299,8	120,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.634,4	4.784,7	1.756,1	-2.762,2	8.377,5	2.424,7	6.876,7	13.010,6	3.082,9	6.186,2	5.109,0	4.296,8	3.324,0
V.1. Tesouro Nacional	7.282,6	7.360,2	4.243,0	3.980,6	10.845,4	6.184,1	9.235,6	15.029,4	5.442,8	9.293,9	8.209,6	7.121,6	6.047,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1
V.3. Banco Central (6)	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8	-216,5	-9,9
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	182,2	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2	435,0	182,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-713,6	730,4	720,8	-347,3	0,9	-464,8	128,2	1.133,1	-1.210,8	-294,4	174,6	-223,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	5.614,8	4.508,5	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	-11.733,1	-12.024,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	-6.118,3	-7.515,8	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	414,3	494,9	653,3	673,8	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
RMV (4)	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8	156,8	155,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) A partir de janeiro de 2004, as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.353,5	38.220,6	40.242,6	38.808,9	41.524,8	41.811,0	38.322,5	41.313,8	38.729,4
I.1 - Recolhimento Bruto	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.823,6	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.507,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	103,5	121,8	114,1	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8	220,6	208,5
I.5 - Receita do Salário Educação	172,4	189,0	196,5	357,4	217,3	443,8	268,8	243,5	213,2	176,9	317,4	322,4	356,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.031,6	7.998,8	8.756,8	9.242,8	8.768,7	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	1,9	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6	73,0	50,0
II. DESPESAS	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.955,4	39.430,0	34.363,4	37.568,2	40.194,0	40.690,6	45.134,3	39.057,9	42.645,4
II.1 - Liberações Vinculadas	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1	8.274,0	6.647,5
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5	1.277,4	450,5
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9	365,2	363,9
II.1.4 - Outras Vinculações	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6
II.2 - Liberações Ordinárias	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.057,8	30.758,8	27.232,7	29.435,5	30.642,6	32.504,0	37.368,2	30.783,9	35.997,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.593,7	7.890,3	7.440,3	7.245,4	7.733,7	9.492,7	7.442,4	7.562,3	7.392,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9
i) Dívida Contratual Interna	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,5	69,0	110,2	112,6
ii) Dívida Contratual Externa	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.616,7	5.722,5	6.292,5	5.356,6	6.286,7	6.473,4	6.698,2	7.208,0	7.800,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0	255,2	445,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.601,9	-1.209,4	5.879,2	1.240,6	1.330,8	1.120,4	-6.811,8	2.255,9	-3.916,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	23.331,1	38.778,5	33.080,7	33.862,7	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3	32.459,8	28.540,2	45.796,9	27.870,6	39.005,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	22.562,6	37.856,4	31.249,0	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4	970,5	614,9	1.017,9	561,3
V. DESPESAS	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8	30.959,9	30.072,0
V.1 - Amortização da Dívida Interna	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6
V.1.2 - Dívida Contratual	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1	117,3	111,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	9.277,1	5.877,9	6.148,3	12.332,2	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	5.928,9	-540,6	12.163,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	8.334,7	962,7	-2.583,6	23.539,6	-2.368,9	7.198,4	27.074,4	-2.075,2	13.321,7	5.902,8	-4.877,4	-1.710,3	8.786,3



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6	15.723,2	11.268,4
I.1. Emissão de Títulos	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1	178,9	75,2
I.4. Resultado do Banco Central	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3	16.600,0	7.500,0
II.1. Resgate de Títulos	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0
II.2. Encargos da DPMF	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0
III. RESULTADO (I - II)	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9	1,5	1,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9	57,3	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0	-49,8	75,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0	1,1	1,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5	-50,8	44,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5	0,0	30,5
IV. PRONAF	53,0	30,6	89,5	280,3	-3,5	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5	61,1	251,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1	66,6	263,9
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	32,1	4,7	60,8	25,8	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4	-5,5	-11,9
V. PROEX	132,8	36,2	45,1	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0	25,6	55,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5	34,0	24,1
V.2. Concessão de Financiamento (1)	78,4	20,8	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5	-8,4	31,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0	28,1	404,4
VII. CACAU	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5	26,9	20,1
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5	97,3	62,3
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-35,2	-42,4	-35,8	-40,4	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0
XII. TOTAL	185,9	235,4	290,8	1.836,2	-49,7	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5	208,2	830,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
I. DÍVIDA INTERNA	171.901,5	174.542,1	182.627,3	210.383,5	213.141,2	233.434,9	256.951,0	251.155,7	275.022,6	293.181,6	299.189,0	304.271,2	322.443,0
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5
Dívida Bancária	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7
INSS	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6
Lei 7.976/89	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5
Bônus Renegociação	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2
Lei 8.727/93	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2
Lei 9.496/97	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6
Recebíveis das Estatais	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.291,8
Outros	-44.359,5	-44.427,4	-44.584,4	-45.382,3	-45.510,1	-45.099,5	-45.242,2	-45.460,4	-44.915,1	-44.622,4	-44.347,8	-44.014,9	-43.472,9
Fat	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-112.972,0
Demais Entidades	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.386,7
Créditos das Operações Oficiais	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0
Arrecadação a Recolher	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-6.762,3
II. DÍVIDA EXTERNA	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3
Dívida Mobiliária	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0
Títulos Depositados em Garantias	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1
Dívida Contratual	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9
Disponibilidades	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	383.711,5	387.373,5	388.052,7	410.275,8	408.269,7	431.736,3	462.094,0	443.337,8	456.766,1	471.147,1	473.190,9	477.786,9	490.506,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,5%	22,5%	22,3%	23,2%	22,9%	24,0%	25,5%	24,3%	24,8%	25,4%	25,3%	25,4%	25,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2	32.119,3	21.098,8	19.801,3
Brazil Investment Bond (BIB)	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3	622,2	550,6
Par Bond (PB)	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8
Discount Bond (DB)	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1	883,1	830,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7
Debt Conversion Bond (DCB)	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2
New Money Bond (NMB)	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8
Eligible Interest (EI)	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.942,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,6	110.612,1	121.386,6	119.214,7
A-Bond	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.656,9	10.018,9
Euro 2005	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-	-	-
Euro 2006	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2
Euro 2007	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8
Euro 2009	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.335,9
Euro 2010	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8
Euro 2011	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8
Euro 2012	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8
Euro 2015	-	-	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9
Euro libra 2007	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4	639,3	587,8
Euro lira 2017	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8
Global 2005	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-	-	-
Global 2006	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3
Global 2007	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5
Global 2008	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5
Global 2009	7.861,2	7.855,4	7.509,4	7.299,6	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1
Global 2010	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5
Global 2011	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8
Global 2012	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8
Global 2013	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8
Global 2014	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8
Global 2015	-	-	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5
Global 2019	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.525,6	3.605,7	3.585,8	3.333,3
Global 2020	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2
Global 2024	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4
Global 2025	-	-	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0
Global 2027	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7
Global 2030	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5
Global 2034	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4
Global 2040	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6
Global BRL 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0
Marco Alemão 2008	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5
Samurai 2006	1.556,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.275,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3
Samurai 2007	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1
III. DÍVIDA CONTRATUAL	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6
V. TOTAL (I+II+III+IV)	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	12,4%	12,4%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,3%	10,5%	9,9%	9,6%	9,3%	9,2%	8,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7	1.233.347,3
I. Dívida em Mercado	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5
Dívida Securitizada	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8
TDA	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6
LTN	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2
LFT	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1
LFT-A	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3
LFT-B	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9
NTN-A	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2
NTN-B	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5
NTN-C	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5
NTN-D	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8
NTN-F	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0
NTN-I	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,6	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6
NTN-P	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7
CFT-A	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2
CFT-D	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4
Demais	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6
II. Dívida com BACEN	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3	305.809,8	308.750,8
LTN	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2
LFT	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4
NTN-D	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4
Demais	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8
Dívida em Mercado/PIB	44,4%	44,4%	44,4%	45,2%	45,7%	46,5%	47,7%	47,3%	47,8%	48,3%	48,5%	48,4%	48,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2004	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2005
I. INTERNA	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,6	-156.629,5	-158.044,2	-158.358,7
Dívida contratual	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7	298,9	279,3
FAT	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-112.972,0
Aplicações financeiras	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4
Fundos Regionais	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,2	-27.285,8
Demais	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8
II. EXTERNA	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6
Disponibilidades	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.970,2	-158.384,9	-158.688,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,4%	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	608.006,7	527.536,0	410.578,1	283.064,6	278.814,1	31.433,6	1.014.131,9	727.230,0	522.512,1	335.669,1	319.176,9	33.286,7
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	2.000,7	1.632,0	1.628,7	1,0	2.300,0	2.300,0	1.882,6	1.268,8	1.262,6	14,4
Advocacia-Geral da União	93.366,8	66.232,0	60.320,6	39.679,5	39.300,3	3.674,8	89.808,2	72.800,0	64.444,8	44.458,2	44.164,4	5.074,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	628.223,7	613.531,0	458.689,3	363.020,7	337.526,4	56.545,4	811.858,7	659.406,0	487.486,5	368.909,7	347.577,5	75.227,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.890.029,4	1.878.889,0	1.215.222,3	939.928,2	865.232,1	263.042,2	2.535.310,3	2.586.385,0	1.592.820,2	1.208.141,6	1.014.162,6	288.187,9
Ministério da Fazenda	1.490.176,8	1.558.286,0	1.238.335,8	983.653,2	957.297,1	49.810,9	1.881.219,6	1.604.403,0	1.458.450,1	1.186.749,7	1.180.199,4	50.828,7
Ministério da Educação	6.010.779,1	5.781.128,0	4.423.765,2	2.955.925,0	2.902.122,9	759.043,0	7.085.204,1	6.461.212,0	4.859.722,8	3.477.589,0	3.295.747,4	811.869,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	424.061,6	403.294,0	274.411,4	194.998,6	194.540,4	10.017,2	485.323,2	425.727,0	339.719,6	269.963,9	268.968,2	18.076,6
Ministério da Justiça	790.401,1	742.152,0	521.488,4	371.232,6	362.700,0	99.169,1	1.055.734,4	847.737,0	581.447,7	462.922,8	458.392,8	99.165,0
Ministério de Minas e Energia	462.591,1	340.175,0	253.285,1	163.249,4	161.107,0	37.398,4	718.252,0	362.930,0	292.377,2	207.825,7	205.997,1	19.085,4
Ministério da Previdência Social	1.358.628,1	1.216.594,0	971.123,6	767.056,8	664.359,1	138.526,5	1.335.373,9	1.062.824,0	861.348,3	717.452,1	672.158,9	192.945,9
Ministério das Relações Exteriores	790.413,2	897.492,0	574.796,5	456.067,6	454.625,5	25.275,8	1.128.162,5	859.298,0	512.595,5	448.993,4	448.221,0	80.633,0
Ministério da Saúde	27.315.810,2	27.218.569,0	22.438.391,9	19.880.176,3	19.303.368,9	1.279.817,1	31.271.752,1	30.145.000,0	26.680.766,7	22.297.965,8	21.194.651,2	1.348.296,4
Ministério do Trabalho e Emprego	792.303,7	590.688,0	458.150,3	307.881,8	306.124,4	8.770,5	788.798,6	628.037,0	503.447,3	331.571,5	324.488,7	40.044,4
Ministério dos Transportes	565.271,3	530.012,0	393.435,7	267.040,9	263.977,5	92.706,4	692.243,4	666.046,0	417.066,9	271.574,2	264.930,1	68.241,1
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	256.774,5	172.045,0	172.013,2	34.140,2	702.868,9	338.255,0	238.880,8	160.823,5	157.007,9	43.953,7
Ministério da Cultura	265.017,3	212.871,0	126.111,0	78.898,7	77.803,5	31.273,1	365.025,1	288.967,0	204.655,1	151.603,3	149.485,5	51.174,5
Ministério do Meio Ambiente	385.212,5	361.408,0	259.241,2	177.273,6	172.949,3	42.431,2	500.060,8	392.952,0	302.777,0	207.930,1	206.160,6	52.268,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	582.428,5	323.413,0	237.677,8	163.956,1	162.045,8	28.931,8	451.457,6	375.282,0	264.120,5	188.303,7	184.964,7	35.758,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	486.329,3	445.966,0	270.796,4	156.504,9	151.289,3	42.761,7	702.387,8	554.500,0	376.324,2	231.470,1	227.747,1	86.044,7
Ministério do Esporte	99.548,7	80.952,0	64.052,9	51.048,2	50.938,1	29.853,8	143.804,9	117.400,0	83.253,6	56.506,0	56.236,8	12.204,5
Ministério da Defesa	3.438.414,2	3.524.894,0	2.574.935,1	1.677.528,2	1.597.833,3	388.974,9	4.158.738,5	3.856.703,0	3.041.423,9	2.096.865,5	2.004.225,2	508.433,6
Ministério da Integração Nacional	288.043,8	228.041,0	122.752,7	85.646,8	77.815,8	25.657,9	280.521,0	192.734,0	159.785,8	89.931,7	85.886,4	34.664,9
Ministério do Turismo	200.776,8	183.837,0	110.800,0	71.994,1	71.601,7	8.318,6	356.012,2	246.879,0	176.712,5	102.731,3	101.875,6	47.590,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.683.424,4	5.654.398,0	4.629.689,8	4.222.471,3	4.199.984,0	194.473,5	6.031.510,9	6.019.740,0	5.266.918,6	4.746.169,0	4.728.682,5	182.262,6
Ministério das Cidades	268.041,8	264.916,0	207.698,5	144.172,0	139.274,8	23.944,5	407.096,1	390.400,0	294.486,7	164.654,7	161.088,0	24.590,5
Encargos Financeiros da União	31.710,3	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	119.610,5	32.921,5	32.735,8	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	133.442,1	44.328,9	44.328,9	-	1.048.740,6	148.705,0	144.783,7	85.020,5	85.020,5	18.366,2
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	37.589,8	20,8	20,8	-	123.443,6	123.400,0	123.327,0	89.865,8	89.802,7	-
TOTAL	55.593.586,8	54.179.380,0	42.725.556,7	35.020.495,6	34.010.622,9	3.705.992,8	66.329.698,4	60.319.852,0	49.973.148,2	40.035.852,3	38.311.018,2	4.228.289,5

Dados preliminares.

(*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Sifai" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sifai/index_informacoes_sifai.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	137.202,7	95.831,0	36.417,6	16.302,3	15.379,1	7.662,5	140.289,2	98.770,0	18.398,3	9.593,4	8.788,2	35.508,3
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	109,5	109,5	107,4	-	200,0	200,0	3,6	3,6	3,6	-
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	663,2	481,4	462,7	4.102,0	8.221,1	5.700,0	2.233,8	539,5	444,1	9.574,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	186.991,7	122.013,0	67.612,2	25.209,4	17.503,3	30.749,1	355.204,6	105.894,0	48.404,6	9.705,9	7.549,3	63.293,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	221.851,3	254.661,0	96.756,3	74.346,4	63.078,0	60.767,4	656.413,6	655.115,0	118.659,0	82.371,4	55.567,3	49.631,3
Ministério da Fazenda (3)	89.371,6	74.918,0	38.371,4	14.832,7	14.474,6	8.316,2	527.463,3	526.342,0	190.334,5	42.989,3	42.082,5	10.078,0
Ministério da Educação	657.958,5	478.292,0	192.388,5	102.908,2	94.487,3	168.583,7	974.728,3	724.588,0	224.620,5	114.837,4	105.769,0	154.471,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	68.657,1	137.099,0	32.033,3	4.839,4	4.774,4	4.167,7	104.957,5	27.373,0	6.840,9	5.704,4	5.703,9	71.240,0
Ministério da Justiça	561.684,1	503.539,0	293.667,6	65.712,6	64.644,4	224.882,2	672.633,1	426.203,0	187.883,8	52.436,9	51.730,8	158.764,6
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	10.647,2	5.382,5	5.296,5	3.755,9	39.743,5	18.870,0	5.065,6	4.180,5	4.121,0	6.567,4
Ministério da Previdência Social	44.250,7	34.739,0	12.892,7	2.947,8	2.344,6	34.580,4	194.575,6	151.576,0	8.299,0	3.962,1	1.888,2	20.956,8
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	9.725,6	8.358,1	8.353,0	919,1	69.801,8	65.102,0	13.399,3	11.094,8	11.094,7	1.067,1
Ministério da Saúde	2.536.089,7	1.921.386,0	1.203.428,3	285.081,4	281.747,7	642.516,9	2.690.451,8	2.627.600,0	564.429,7	149.905,6	142.924,4	604.833,8
Ministério do Trabalho e Emprego	36.965,4	25.134,0	12.802,6	7.855,3	7.854,9	2.986,1	29.548,6	22.163,0	14.913,5	8.530,1	7.703,6	5.142,5
Ministério dos Transportes	2.578.332,6	2.168.488,0	1.579.115,9	324.247,0	157.761,0	979.612,0	6.332.540,3	3.963.872,0	2.971.384,8	975.634,7	722.797,2	727.142,1
Ministério das Comunicações	19.337,9	41.900,0	9.092,1	7.025,5	6.958,1	8.822,1	151.300,8	56.145,0	32.670,5	4.708,9	4.708,9	13.305,7
Ministério da Cultura	103.560,1	45.885,0	28.023,5	3.651,7	3.631,7	12.068,8	137.988,4	58.333,0	41.191,4	15.937,1	13.070,8	20.139,0
Ministério do Meio Ambiente	88.431,3	40.478,0	17.569,8	5.049,6	5.030,5	16.336,2	116.281,6	44.948,0	13.784,9	5.480,7	5.480,7	11.787,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.505,6	25.758,0	3.951,2	2.138,9	2.012,8	1.414,4	21.238,8	17.668,0	2.535,0	1.369,1	1.361,0	13.027,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.014.043,9	1.086.318,0	673.900,5	466.701,2	433.585,6	100.256,5	1.231.947,4	1.049.400,0	793.268,4	699.434,1	698.757,2	171.565,4
Ministério do Esporte	249.620,3	156.492,0	101.048,5	13.129,4	13.074,4	71.092,3	478.064,7	93.000,0	47.702,9	4.622,4	4.622,4	23.154,2
Ministério da Defesa	1.358.524,2	1.422.400,0	967.415,4	394.324,8	380.583,6	198.488,1	1.520.909,3	1.056.126,0	608.122,9	286.470,5	275.856,4	320.815,2
Ministério da Integração Nacional	1.118.588,3	682.726,0	487.875,7	230.324,9	137.049,9	221.199,2	2.294.896,7	925.366,0	534.703,6	164.365,3	90.947,2	193.006,4
Ministério do Turismo	263.205,2	176.458,0	116.370,4	34.316,1	34.316,1	36.384,7	658.307,8	135.713,0	98.905,7	1.541,8	1.541,8	52.084,2
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	196.570,3	150.680,0	92.732,5	42.897,0	42.897,0	19.289,3	171.360,0	181.260,0	63.602,4	23.782,9	23.773,2	21.561,3
Ministério das Cidades	1.106.499,7	968.736,0	620.512,7	189.861,7	181.240,5	189.428,6	2.340.610,8	606.700,0	398.532,8	97.353,5	82.600,3	312.492,5
TOTAL	12.775.886,1	10.701.904,0	6.705.124,2	2.328.034,7	1.978.648,9	3.048.381,4	21.919.678,4	13.644.027,0	7.009.891,1	2.776.555,8	2.370.887,6	3.071.210,6

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Setembro / 2005

Comentários

Em Setembro de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -16,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.276.366,1 (mil), em Setembro de 2005, contra R\$ 3.922.330,4 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2004			2005			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Set / 2005	Set / 2005	Jan a Set / 2005
							Ago / 2005	Set / 2004	Jan a Set / 2004
FPM	1.858.955,1	1.609.768,8	15.762.307,4	2.007.032,0	1.676.496,1	19.104.722,6	-16,5 %	4,1 %	21,2 %
FPE	1.773.935,9	1.536.146,0	15.040.139,7	1.915.298,4	1.599.870,0	18.231.520,2	-16,5 %	4,1 %	21,2 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Setembro de 2005 foram efetuados nos dias 9, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Setembro	-15,0 %	-16,5 %	-15,0 %	-16,5 %	-5,0 %	-2,0 %

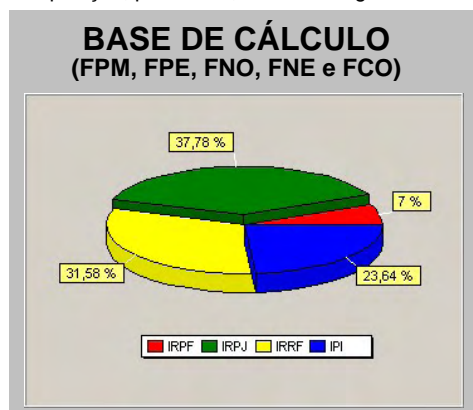
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	out/set	nov/out	dez/nov
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	10,0 %	10,0 %	21,0 %
IPI-EXP	-4,0 %	5,0 %	1,0 %

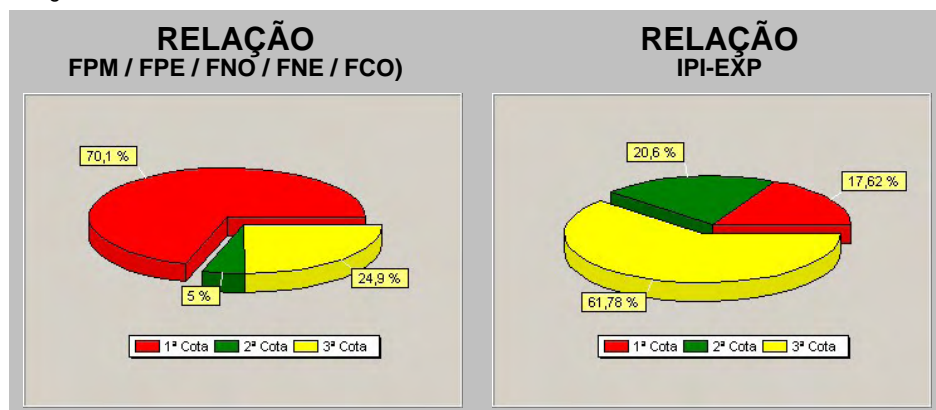
Composição dos Fundos

Em Setembro de 2005 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2005 a 20/09/2005, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Ago/3º DEC	364.588	5.772.133,6	6.136.721,6	Set/1º DEC	1.121.485,9	1.173.648	30.990	410.492,4	2.736.616,3
Set/1º DEC	426.372,3	11.375,2	437.747,6	Set/2º DEC	79.998,4	83.719,2	36.241,6	35.286,9	235.246,2
Set/2º DEC	1.278.490,5	901.458,7	2.179.949,2	Set/3º DEC	398.385,7	416.915,3	108.671,7	163.054	1.087.026,7
TOTAL	2.069.450,8	6.684.967,5	8.754.418,3	TOTAL	1.599.870	1.674.282,5	175.903,3	608.833,4	4.058.889,2
Set/3º DEC	419.644,3	5.940.961,2	6.360.605,5	Out/1º DEC	1.162.400,7	1.216.465,8	35.669,8	426.094,6	2.840.630,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	9.361,42	54.731,55	18,38	11.352,46
Alagoas	AL	39.868,88	66.556,19	436,02	19.825,14
Amazonas	AM	23.014,04	44.642,77	4.714,47	13.199,75
Amapá	AP	5.887,57	54.587,57	3,71	10.845,49
Bahia	BA	149.582,76	150.326,98	10.620,47	56.379,01
Ceará	CE	87.620,39	117.380,86	2.312,45	37.277,01
Distrito Federal	DF	3.714,73	11.042,3	49,29	2.957,02
Espírito Santo	ES	29.903,8	23.998,05	7.840,56	12.707,63
Goiás	GO	60.842,46	45.485,9	1.763,35	19.642,25
Maranhão	MA	68.088,15	115.481,81	1.666,06	47.319,35
Minas Gerais	MG	220.225,23	71.266,21	19.988,63	60.451,29
Mato Grosso do Sul	MS	24.902,65	21.310,27	1.124,9	8.878,45
Mato Grosso	MT	31.681,93	36.923,4	1.674,01	13.227,1
Pará	PA	60.950,3	97.784,05	6.601,66	38.554,33
Paraíba	PB	54.130,08	76.616,17	690,08	23.316,82
Pernambuco	PE	84.785,74	110.394,23	982,76	33.279,55
Piauí	PI	41.685,77	69.136,78	95,65	20.902,68
Paraná	PR	113.062,18	46.127,45	19.611,17	35.838,15
Rio de Janeiro	RJ	49.457,8	24.441,21	18.166,38	18.739,47
Rio Grande do Norte	RN	41.595,11	66.840,97	1.189,02	19.499,51
Rondônia	RO	15.242,8	45.045,94	251,04	10.789,48
Roraima	RR	8.177,18	39.687,97	11,45	8.465,06
Rio Grande do Sul	RS	112.953,95	37.673,74	25.291,94	35.284,99
Santa Catarina	SC	65.100,19	20.475,14	15.478,79	19.359,37
Sergipe	SE	24.371,26	66.479,4	118,6	16.159,85
São Paulo	SP	224.603,16	15.998,7	35.180,66	61.150,29
Tocantins	TO	25.686,59	69.434,36	21,82	16.823,35
TOTAL		1.676.496,11	1.599.869,95	175.903,32	672.224,84

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Novembro	2004	21/12/2004
Dezembro	2004	09/02/2005
Janeiro	2005	16/02/2005
Fevereiro	2005	17/03/2005
Março	2005	19/04/2005
Abril	2005	02/06/2005
Maió	2005	24/06/2005
Junho	2005	29/07/2005
Julho	2005	18/08/2005
Agosto	2005	16/09/2005

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN nº 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Setembro / 2005

Comportamento no Mês

Em Setembro de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.462.442,7 (mil), contra R\$ 2.718.773,0 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -9,4% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -16,5% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Agosto	Participação	Setembro	Participação	Set / Ago
FPM	351.064,5	12,9 %	293.248,0	11,9 %	-16,5 %
FPE	337.993,8	12,4 %	282.330,0	11,5 %	-16,5 %
IPI-EXP	31.659,7	1,2 %	31.041,8	1,3 %	-2,0 %
LC 87/96	42.390,3	1,6 %	42.390,3	1,7 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	23.250,9	0,9 %	23.214,8	0,9 %	-0,2 %
ICMS	1.932.413,8	71,1 %	1.790.217,8	72,7 %	-7,4 %
TOTAL	2.718.773,0	100,0 %	2.462.442,7	100,0 %	-9,4 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

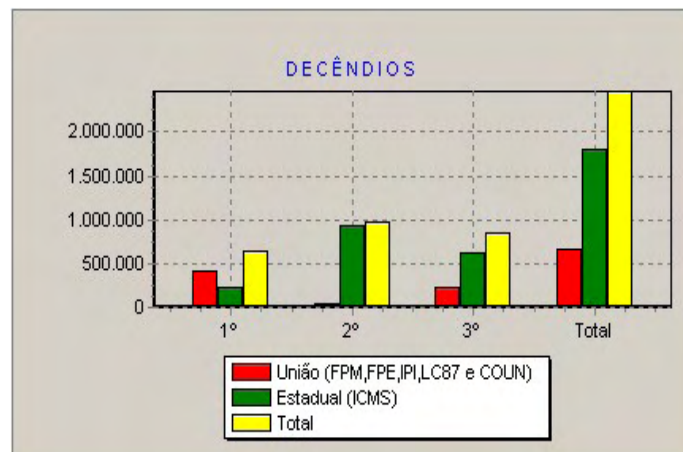
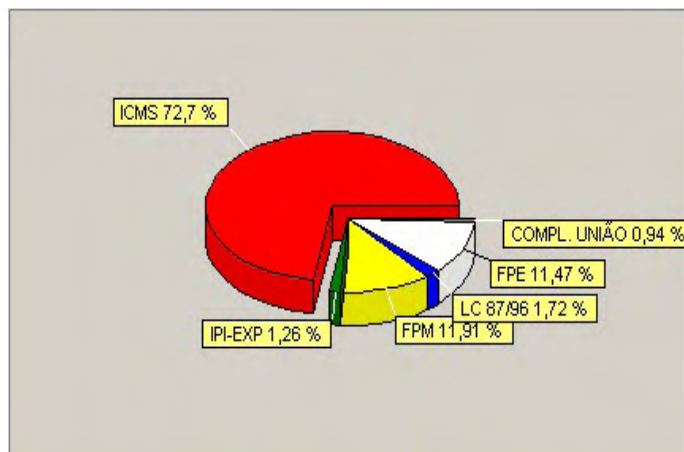
Portaria MF nº 41, de 29/03/2005, publicada no D.O.U. em 31/03/2005, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

Estados	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alagoas	0	0	1.830.630	610.210	610.210	610.210	1.830.630	610.210	610.210	610.210	610.210	2.440.840
Maranhão	0	0	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	41.751.495	13.917.165	13.917.165	13.917.165	13.917.165	55.668.660
Pará	0	0	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	22.568.445	7.522.815	7.522.815	7.522.815	7.522.815	30.091.260
Piauí	0	0	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	3.602.085	1.200.695	1.200.695	1.200.695	1.200.695	4.802.780
TOTAL			69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	69.752.655	23.250.885	23.250.885	23.250.885	23.250.885	93.003.540

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
		R\$ Mil								
Acre	144.012	9.659	1.652	3	0	39	3.716	15.069	104,6	1.135,7
Alagoas	686.155	11.745	7.036	77	610	357	4.266	24.091	35,1	485,8
Amapá	124.616	9.633	1.039	1	0	173	3.017	13.862	111,2	1.196,8
Amazonas	737.073	7.878	4.061	832	0	428	38.876	52.076	70,7	636,8
Bahia	2.886.955	26.528	26.397	1.874	0	1.580	88.553	144.933	50,2	474,7
Ceará	1.585.399	20.714	15.462	408	0	692	42.868	80.145	50,6	471,2
Distrito Federal	294.440	1.949	656	9	0	344	0	2.957	10,0	111,6
Espírito Santo	501.939	4.235	5.277	1.384	0	1.812	47.190	59.898	119,3	1.138,1
Goiás	915.092	8.027	10.737	311	0	567	57.234	76.877	84,0	731,9
Maranhão	1.475.516	20.379	12.016	294	13.917	713	18.093	65.412	44,3	469,1
Mato Grosso	575.990	6.516	5.591	295	0	825	39.462	52.689	91,5	861,5
Mato Grosso do Sul	404.776	3.761	4.395	199	0	525	29.714	38.593	95,3	904,0
Minas Gerais	3.257.717	12.576	38.863	3.527	0	5.484	183.160	243.611	74,8	741,3
Paraná	1.558.298	8.140	19.952	3.461	0	4.285	106.478	142.316	91,3	872,2
Paraíba	773.710	13.521	9.552	122	0	122	19.109	42.426	54,8	537,5
Pará	1.554.289	17.256	10.756	1.165	7.523	1.855	34.983	73.538	47,3	465,2
Pernambuco	1.429.101	19.481	13.086	173	-36	574	44.713	77.993	54,6	551,2
Piauí	663.490	12.201	7.356	17	1.201	128	11.499	32.402	48,8	508,1
Rio Grande do Norte	543.826	11.795	7.340	210	0	154	19.831	39.330	72,3	731,9
Rio Grande do Sul	1.541.054	6.648	19.905	4.463	0	4.268	152.820	188.105	122,1	1.027,2
Rio de Janeiro	2.002.925	4.313	8.728	3.206	0	2.493	156.268	175.008	87,4	824,6
Rondônia	300.173	7.949	2.690	44	0	106	17.344	28.133	93,7	863,2
Roraima	75.189	7.004	1.443	2	0	16	1.724	10.189	135,5	1.559,0
Santa Catarina	878.422	3.613	11.488	2.732	0	1.526	75.021	94.380	107,4	988,5
Sergipe	378.202	11.732	4.301	21	0	106	11.878	28.038	74,1	779,6
São Paulo	5.091.365	2.823	38.936	6.208	0	13.183	573.555	634.705	124,7	1.225,1
Tocantins	263.208	12.253	4.533	4	0	33	8.845	25.668	97,5	989,7
TOTAL	30.642.932	282.330	293.248	31.042	23.215	42.390	1.790.218	2.462.443	80,4	775,7

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 07/03/2005. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.